

# Economistas aprovam aumento de impostos

*Para especialistas, mudanças permitem superávit em 99, mas haverá impacto na produção*

DENISE NEUMANN

As medidas adicionais de ajuste fiscal, anunciadas ontem pela equipe econômica do governo, aumentam a carga tributária das empresas, mas são positivas por demonstrar disposição de alcançar as metas negociadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo avaliação de economistas consultados pelo Estado.

“As medidas são facilmente executáveis e, por isso, possuem razoável credibilidade”, observou Marcelo Allain, diretor de Análise Econômica do Banco BMC. “O que foi anunciado deve permitir o alcance do superávit primário de R\$ 16,3 bilhões em 1999”, ponderou Rita Rodrigues, da Tendências Consultoria Integrada.

Para o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Antônio Skaf, todas as medidas que “oneram a produção deveriam ser evitadas porque aumentam o custo Brasil e dificultam a competitividade das empresas brasileiras”.

As principais reclamações, avalia, devem ficar para a medida que determina que a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) passa a incidir também sobre os juros que remuneravam o capital próprio das empresas. “A medida aumenta a carga tributária das empresas e pode provocar algum impacto sobre o programa de privatização do próximo ano, no sentido de reduzir o preço de venda das companhias estatais”, ponderou Rita. Para Allain, a medida “reduz o lucro das empresas”.

Rita explica que é justamente a perspectiva de um lucro menor após a compra é que deverá reduzir o preço que os investidores estarão dispostos a pagar por empresas privatiza-

das. O preço de um negócio no presente é determinado pela estimativa de lucro futuro que o comprador pode ter com a aquisição de uma empresa, ponderou. “O preço de venda das estatais será influenciado negativamente”, disse Rita.

“Todas as medidas que, como esta, oneram o custo de produção e prejudicam o emprego não podem ser apoiadas pelos empresários”, ponderou Skaf, também presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit).

As medidas, mais uma vez, privilegiavam o aumento da receita e não o corte de gastos, ponderou Rita, lembrando do pacote de 51 medidas de ajuste fiscal adotado em novembro de 1997. “Mais uma vez, o governo tapa o buraco com elevação de impostos”, disse ela, classificando as medidas como “ruins”. “O lado positivo é a disposição de fazer o ajuste fiscal.”

**IOF** – O aumento da alíquota de Imposto sobre Operações Financeiras

(IOF) não deverá impedir redução da taxa básica de juros da economia, segundo Allain, do BMC. A perda que os investidores terão já ocorreria com a elevação da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). “Um está substituindo o outro e essa perda já estava sendo esperada”, ponderou.

A alteração na fórmula de cálculo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e sua conseqüente redução foi uma medida positiva e que deve agradar aos empresários, ponderou Allain. “Ela mostra a disposição de atender à demanda dos empresários por juros menores sem interferir na política macroeconômica de juros altos para atrair capital externo”, observou. A TJLP, disse, não reduz os juros ao consumidor ou para capital de giro, mas funciona para reduzir os juros cobrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES) nos financiamentos de projetos produtivos.



Heitor Hui/AE

Marcelo Allain, diretor do BMC: “Medidas são facilmente executáveis”

**E**FEITO DEVE  
SER NEGATIVO  
PARA  
PRIVATIZAÇÕES